

1.  
Apresentação geral

2.  
Objetivo geral

3.  
Programa resumido

4.  
Bibliografia principal

1.

**Curso:** Solicitadoria

**Área/ Subárea:** Direito / Direito Comum

**Semestre:** 2º Semestre

**Carga horária:** 4,5H

**ECTS:** 5

2.

Conhecer o quadro constitucional e legal da organização administrativa portuguesa.

Distinguir entre Administração Central Directa e Indirecta, Regional e Local, e identificar o Sector Empresarial Público de maneira a enquadrarem-se as várias administrações públicas e os diferentes graus de autonomia face ao poder político que se reflectem no respectivo regime legal e nos poderes que assistem a essas entidades.

Conhecer a força jurídica de princípios relevantes que norteiam a actividade da Administração Pública e a relevância de que os mesmos se revestem enquanto limite da actividade administrativa e de garantia dos destinatários dessa actividade.

Dotar de conhecimentos teóricos e práticos na esfera do Procedimento Administrativo essencialmente sobre a marcha desse procedimento e respectivo regime no Código do Procedimento Administrativo, na perspectiva de agentes ou como destinatários.

Fornecer informação sobre as tipologias através das quais a Administração Pública actua e as várias figuras jurídicas ao seu dispor para exercer a actividade administrativa.

Qualificar os contratos administrativos e apresentar em traços gerais o respectivo regime jurídico e enquadramento, bem como distinguir esses tipos contratuais de outros contratos celebrados pela Administração Pública.

Conhecer a figura «acto administrativo» e os vários elementos que o compõem em matéria essencialmente de invalidades e respectivas consequências legais.

Ficar a conhecer no âmbito das garantias gratuitas os vários meios que se tem ao alcance para garantir a efectividade dos direitos relativamente aos actos administrativos que lesam.

Dar um breve enquadramento das circunstâncias em que se pode recorrer às garantias contenciosas dos tribunais competentes e da intervenção dos tribunais administrativos.

.3.

**1 – Introdução**

- 1.1 – Noções: Direito Privado e Direito Público
- 1.2 – Direito Constitucional
- 1.3 – Direito Administrativo
- 1.4 - Noção de Estado
- 1.5 - História
- 1.6 - Noção de Administração
- 1.7 - Organização Política do Estado Português

**2 – Administração Central Directa**

- 2.1 – O Governo e o Bem Comum: O Serviço Público
- 2.2 – Lei Orgânica
- 2.3 – Os Ministérios e os Ministros
- 2.4 - Competência Legislativa do Governo
- 2.5 - Competência Administrativa do Governo
- 2.6 – A Administração Local do Estado
- 2.7 – Organização da Administração: A Desconcentração e a Descentralização
- 2.8 – Idem: Instrumentos Jurídicos – A Delegação de Poderes e a Devolução de Poderes

**3 – Administração Indirecta do Estado**

- 3.1 – Noção
- 3.2 – Razões da Sua Necessidade
- 3.3 – Atribuições
- 3.4 – Os Institutos Públicos

**4 – A Administração Autónoma do Estado**

- 4.1 – Noção
- 4.2 – Administração Autónoma de Base Territorial
- 4.3 – Os Municípios
- 4.4 – História e Atribuições
- 4.5 – Estrutura Orgânica
- 4.6 – As Freguesias
- 4.7 – História e Atribuições
- 4.8 – Estrutura Orgânica
- 4.9 - A Administração Autónoma de Base Institucional
- 4.10 – As Organizações Profissionais: Ordens e Similares
- 4.11 – As Universidades
- 4.12 – As Empresas Públicas

**5 – Princípios Gerais da Actuação Administração**

- 5.1 – Noção
- 5.2 – Princípio da Prossecução do Interesse Público no respeito pelos Direitos e Interesses Legítimos dos Particulares
- 5.3 – Princípio da Legalidade
- 5.4 – Princípio da Boa Fé
- 5.5 – Princípio da Justiça e Imparcialidade
- 5.6 – Outros Princípios

**6 – O Procedimento Administrativo**

- 6.1 - Noção
- 6.2 - Procedimento Administrativo Geral ou Comum

6.3 – Procedimentos Administrativos Especiais

6.4 – Princípio Constitucional do Procedimento

6.5 – Estrutura do Procedimento Administrativo Comum

6.6 – As Fases do Procedimento

**7 – Os Modos de Actuação do Poder Administrativo**

7.1 – Noção

7.2 - Regulamento Administrativo

7.3 - Distinção entre Regulamento Administrativo e Lei

7.4 - Tipos de Regulamento

7.5 – Regime Jurídico

7.6 - O Acto Administrativo: Conceito

7.7 - Remissão

**8 – As Operações Materiais**

8.1 – Noção

8.2 - Regime Jurídico

**9 - Os Contratos Administrativos**

9.1 - Noção

9.2 - Tipos de Contrato

9.3 - O Papel do Concurso Público

9.4 - O regime Jurídico

9.5 - Procedimentos em Especial

**10 – O Acto Administrativo em Especial**

10.1 – História

10.2 – Elementos

10.3 – Tipos

10.4 – Validade

10.5 – Eficácia

10.6 – Revogação

10.7 – Vícios: Da Nulidade e da Anulabilidade

10.8 – As Garantias Graciosas – Tipos, Regime e Prazos

**11 – A Responsabilidade Civil do Estado**

11.1 – Noção

11.2 – Tipos de Responsabilidade

11.3 - Regime Jurídico

**12 – O Contencioso Administrativo**

12.1 – Acção Administrativa Comum

12.2 - Acção Administrativa Especial

12.3 – Providências Cautelares

12.4 – Referências ao Contencioso Tributário

4.

**Amaral**, Diogo Freitas do, Curso de Direito Administrativo, Vol I (3.<sup>a</sup> Ed. – 2010) e II (2.<sup>a</sup> Ed.), Almedina, Coimbra, 2011

**Matos**, André Salgado e outros - "Direito Administrativo Geral" (Tomos I e III), D. Quixote, 2010.

**Caupers**, João - Introdução ao Direito Administrativo, 10<sup>a</sup> edição, Âncora Editora, 2009

**Oliveira**, Mário Esteves de - Código do Procedimento Administrativo Anotado, Almedina, Coimbra, 2004

**Tavares**, José - Administração Pública e Direito Administrativo- Guia de estudo, reedição digital, Almedina, Coimbra, 2007

**Machete**, Pedro - A audiência dos interessados no procedimento Administrativo, Univ. Católica Portuguesa, Lisboa, 1995.

**Antunes**, Luis F. Colaço - A teoria do Acto e a Justiça Administrativa, Almedina, 2006.

**Veiga**, Alexandre Brandão da - Acesso à Informação da Administração Pública pelos Particulares, Almedina, Coimbra, 2007.

**Moreira**, Vital - Administração Autónoma e Associações Públicas, Almedina, Coimbra, 2003.

**D'Alte**, Sofia Tomé - A nova Configuração do Sector Empresarial do Estado e a Empresarialização dos Serviços Públicos, Almedina, Coimbra, 2007.

**Quadros**, Fausto de - A nova Dimensão do Direito Administrativo, Almedina, Coimbra, 1999.

**Barbosa**, Paula - Acção de Condenação no Acto Administrativo Legalmente Devido, AAFDL, Lisboa, 2007.

**Moncada**, Luis Cabral de - A relação Jurídica Administrativa, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.